



PREFEITURA DE
BOA VIAGEM
O trabalho não pode parar

PROCURADORIA
JURÍDICA



OBJETO: Registro de preço para futura e eventual prestação de serviço de locação de veículos para atender as necessidades de diversas unidades administrativas do Município de Boa Viagem/CE;

PROCESSO LICITATÓRIO: PE.2025.05.30.001

EMPRESA VISTORIADA: EXITUS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 54.767.320/0001-09

ENDEREÇO: Rua Conselheiro José Júlio, nº 617 – Centro – Sobral/CE – CEP: 62.010-820.

DATA DA VISITA: 24/07/2025

HORÁRIO DA VISITA: 16:20 PM

ASSUNTO: Verificação da estrutura, capacidade de execução e documentação.

PARECER TÉCNICO EM DILIGÊNCIA IN LOCO

11/2025

SUMÁRIO: 1. Relatório; 2. Pontos relevantes da questão; 3. Metodologia utilizada; 4. Resposta adequada a certame; 5. Conclusão.

1. Relatório

ROBERTO VITOR CAMPELO, Procurador Geral do Município de Boa Viagem/CE, foi designado a realizar **diligências in loco**, com a finalidade de suprir dúvidas em relação às irregularidades de estrutura física, capacidade de execução e endereços divergentes ao apresentado no certame PE.2025.05.30.00.

O presente relatório visa registrar as constatações realizadas durante diligência in loco, realizada **com fundamentos no art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe:

*"§ 1º A Administração **poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas pelos licitantes, bem como para esclarecer ou complementar a instrução do processo.**"*

A necessidade da diligência surgiu diante de **denúncias e dúvidas técnicas e documentais relacionadas à efetiva capacidade da empresa classificada em 1º lugar de executar o objeto contratual**, notadamente em relação aos seguintes aspectos:

- Existência e adequação da **estrutura física** declarada nos documentos de habilitação;
- Existência e disponibilidade da **frota de veículos** oferecida na proposta;
- Regularidade da **documentação técnica e operacional** apresentada;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CE.

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 9.8179-4967 | E-mail: pmbv_oficial@hotmail.com | Site:

<https://www.boaviagem.ce.gov.br>



- **Conformidade entre os dados declarados pela empresa e a realidade operacional** identificada no local informado como sede.

Ressalta-se que a diligência não teve por objetivo inovar ou alterar critérios do edital, mas sim **verificar a veracidade e a aderência das informações já prestadas**, visando resguardar o interesse público e prevenir a celebração de contrato com empresa **sem capacidade comprovada de execução**.

2. Pontos relevantes

No curso da diligência in loco, foram objeto de verificação presencial, os seguintes aspectos estruturais e operacionais técnicos e administrativo:

2.1 - Estrutura Física:

- ☐ Condizente com objeto
☒ Deficiente

No endereço indicado pela empresa **EXITUS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** em sua documentação de habilitação, a fim de verificar in loco a existência e adequação da estrutura física para execução do objeto licitado. No local, **foi constatado que se trata de um ambiente compartilhado (coworking)**, pertencente à empresa **Positiva Coworking**, onde a empresa **EXITUS mantém apenas um endereço fiscal e de correspondência**, sem presença física ou operacional instalada.

A recepção foi feita pelo Sr. **Rian Moreira**, recepcionista da Positiva Coworking, que de pronto informou **não haver qualquer estrutura funcional da empresa EXITUS no local**, tampouco pessoal técnico, frota, materiais ou documentos que pudessem ser apresentados. Indagado sobre a possibilidade de contato com algum responsável da empresa, afirmou que **não havia representante presente** e que o local se destinava unicamente ao recebimento de correspondências.

Posteriormente, foi chamado o Sr. **Sergio Rodrigues**, consultor administrativo da Positiva Coworking, o qual **confirmou categoricamente** que o endereço é utilizado pela empresa **EXITUS exclusivamente para fins cadastrais e fiscais**, não havendo ali sede administrativa ou operacional, tampouco qualquer movimentação que indicasse atividade empresarial regular relacionada ao objeto licitado (locação de veículos).

Diante disso, **restou absolutamente inviabilizada qualquer averiguação quanto à existência de estrutura mínima necessária para execução contratual**, configurando grave deficiência no cumprimento das exigências editalícias.

2.2 - Frota de Veículos Disponível no Local - (Inoperância, Inatividade e Ausência de Comprovação Técnica)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CE.

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 9.8179-4967 | E-mail: pmbv_oficial@hotmail.com | Site:

<https://www.boaviagem.ce.gov.br>



☐ Condizente com objeto

☒ Deficiente

Como consequência da **inexistência de sede física ou operacional da empresa no local declarado**, foi **impossibilitada a verificação da frota de veículos supostamente disponibilizada para cumprimento do contrato**.

Não havia qualquer automóvel, motocicleta, caminhão ou outro tipo de veículo que pudesse ser inspecionado, tampouco foram apresentadas informações ou documentos que comprovassem a posse, propriedade ou cessão formal de veículos.

Essa situação compromete de forma substancial a aferição da capacidade operacional da licitante, impossibilitando que a Administração Pública tenha garantias mínimas sobre a viabilidade da execução do objeto contratual.

2.3 – Capacidade Operacional – Ausência de Comprovação Mínima para Execução Contratual

☐ Condizente com objeto

☒ Deficiente

As inconsistências e omissões verificadas durante a diligência técnica revelam grave insuficiência da empresa no tocante à sua qualificação técnico-operacional, em violação direta ao disposto no art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que exige:

A ausência total de frota visível e documentada impede o cumprimento do disposto no edital quanto à demonstração da disponibilidade e adequação dos veículos necessários à execução do serviço. Não foi fornecido qualquer elemento técnico (fotos, laudos, contratos de locação, licenciamento ou termo de cessão) que comprove a existência ou vinculação de frota.

A empresa **EXITUS**, portanto, **não comprovou possuir veículos próprios, contratados ou disponibilizados formalmente**, descumprindo o critério essencial de habilitação técnica relacionado à execução do objeto licitado.

2.4 – Relatório Fotográfico da Visita in loco – Fotografias com legendas descritivas:

RELATORIO DA ESTRUTURA FÍSICA DA EMPRESA ENDEREÇO CONSTATADA NO CNPJ E CONTRATO SOCIAL.



PREFEITURA DE
BOA VIAGEM
O trabalho não pode parar

PROCURADORIA
JURÍDICA



Imagem 01 – Fachada da empresa Positivo/sede visitada (Endereço: Rua Conselheiro José Júlio, nº 617 – Centro – Sobral/CE – CEP: 62.010-820) – Data Visita: 24/07/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CE.

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 9.8179-4967 | E-mail: pmbv_oficial@hotmail.com | Site:

<https://www.boaviagem.ce.gov.br>



3. Parecer Técnico Conclusivo – Recomendação de Inabilitação de Licitante

Após a realização de diligência técnica in loco, constatou-se que a empresa **não atende** de forma integral às exigências previstas no edital, tampouco aos requisitos legais aplicáveis à habilitação no certame, revelando-se, portanto, **inapta** à continuidade no processo licitatório. Diante das irregularidades apuradas, recomenda-se sua imediata inabilitação.

3.1 - Justificativa Técnica

A visita técnica ao endereço constante nos documentos apresentados pela empresa (CNPJ, Contrato Social e Alvará de Funcionamento) revelou o seguinte cenário:

- Utilização de endereço puramente fiscal e de correspondência;
- Inexistência de sede funcional, pátio, oficina ou galpão;
- Ausência total de frota no local indicado;
- Ausência de representante ou qualquer estrutura visível de operação;
- Impossibilidade de apresentação de documentos ou comprovação de capacidade técnica mínima.

3.2 - Fundamentação Legal

A diligência está respaldada no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a realizar verificações complementares, inclusive por meio de vistoria, com o objetivo de confirmar a veracidade das informações apresentadas pelo licitante.

De acordo com o art. 63 da mesma lei, a habilitação do licitante está condicionada à comprovação de, entre outros, os seguintes requisitos:

- Inciso II – Qualificação técnica;
- Inciso IV – Regularidade fiscal e trabalhista.

No presente caso, a empresa falhou em comprovar sua capacidade técnica e operacional, infringindo diretamente os requisitos previstos nos dispositivos acima citados, bem como os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e impessoalidade, conforme o art. 37 da Constituição Federal.

3.3 - Recomendações Finais

Diante das irregularidades identificadas, recomenda-se à Comissão de Licitação e à Assessoria Jurídica a adoção das seguintes providências:

1. Notificação formal da empresa, com base no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, para que apresente, no prazo recursal, os documentos e esclarecimentos necessários à comprovação da regularidade de suas informações;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CE.

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 9.8179-4967 | E-mail: pmbv_oficial@hotmail.com | Site:

<https://www.boaviagem.ce.gov.br>



2. Na ausência de comprovação satisfatória, proceder à inabilitação da empresa por descumprimento dos requisitos legais de habilitação técnica e capacidade operacional, nos termos do art. 63, incisos II e IV da Lei nº 14.133/2021;

3. Caso reste configurada má-fé ou falsidade nas informações prestadas, comunicar o fato à Assessoria Jurídica para apuração de eventuais sanções administrativas, conforme previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

4. Assegurar, com tais medidas, a preservação do interesse público, a regularidade do procedimento licitatório e a eficiência na futura execução contratual, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa nos termos da lei.

Conclusão Final:

Diante do exposto e das evidências técnicas e legais apresentadas, opina-se pela inabilitação da empresa no presente certame, considerando o não atendimento aos requisitos legais de habilitação, a insuficiência da estrutura operacional e os fortes indícios de irregularidade cadastral e documental.

Este parecer está à disposição para esclarecimentos adicionais.

Boa Viagem/CE, 28 de julho de 2025.

ROBERTO VITOR CAMPELO
Procurador Jurídico
PORTARIA Nº 02.01.010/2025